



Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e sete minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

Faltou a Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, por se encontrar ausente em gozo de férias, conforme Despacho N.º 136/2017 constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Jorge Manuel Lampreia Patrício, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Manuel Joaquim Pisco Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Proponho que se realize uma reunião de trabalho com os serviços do Urbanismo, a propósito da questão que levantei aqui há uns tempos. Como sabemos isto já foi alvo de participação dos cidadãos e tem a ver com o Continente/Bom Dia, e com as obras que estão a realizar-se. Isto é importante para todos nós, e para o PS também. Não fiquei esclarecido, nem sequer na primeira intervenção que fiz acerca deste

projeto, e nem a seguir. É importante seguir os trâmites para que veja melhor o que está aprovado, ou não, o que está bem e o que está mal. Isto na minha ótica, já que na dos outros poderá ser encarado de outra forma.

Ainda bem que na reunião de dia 7, o Sr. Vice-Presidente falou sobre uma auditoria que foi feita ao Urbanismo, a qual teria chegado a todos os vereadores, mas a mim não chegou. Entretanto o Sr. Chefe de Gabinete fez-me chegar isso no dia 12, mas peço que me chegue completa. Faltam todos os anexos e a resposta da Câmara, tudo isso é importante para perceber o andamento e o que foi feito, ou não. Isto é uma auditoria e queria ler algumas das "conclusõeszinhas" e sem aprofundar muito porque não tenho os anexos. Diz o seguinte, sobre a auditoria que decorreu em 2015: *"reduzida atividade de planeamento territorial; sobredimensionamento dos perímetros urbanos; sobredimensionamento do solo urbano na revisão do PDM, apesar da sua redução em 43%; receita urbanística de 107 milhões de euros e investimento em estruturas urbanísticas, 29 milhões de euros; receita da taxa municipal de urbanização, 947 mil euros; contributo insignificante da taxa municipal de urbanização para o investimento municipal em infraestruturas urbanísticas, 3,3%; e falta de atualização do Regulamento de Edificação e Urbanização do Município de Setúbal;"*. Com esta última é que fiquei mesmo a pensar o que é que se está a passar pois segundo o que vejo são todos os regulamentos de taxas entre 2011 e 2014. Não sei o que se passou, mas isto é muito grave! Não percebo como é que não foi publicado em DR. Como sabem, isto gera a ineficácia jurídica das suas normas, não há razão nenhuma para que isto possa ter acontecido e é muito importante o esclarecimento desta questão. Andaram os munícipes a pagar uma coisa que não estava publicada e que é obrigatório. Depois: *"violação do Regulamento do PDM, de acordo com a amostra em 9% das operações urbanísticas realizadas"*, mas como não tenho os anexos não sei do que se está a falar. *"Atraso na instrução e decisão de processos de contraordenação; taxa de execução de ordens de demolição 17%; no sistema de controlo interno há ausência de procedimentos em relação a matéria urbanística; insuficiência e fragilidades do sistema de controlo interno; falta de monitorização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas"*, ou seja, são quase ou todas as conclusões que estão no relatório. Não me vou pronunciar muito mais sobre isto, para já, porque preciso de ver os anexos e tudo o que falta no relatório, e depois pronunciar-me-ei melhor. O que aparece aqui não são problemas só desta câmara, mas sou vereador aqui e não em outra. O que aqui está não contribui nada para a forma como os cidadãos olham para os municípios, nomeadamente para o nosso, porque se isto são conclusões que foram rebatidas acontece que este é o relatório final. Estão aqui algumas afirmações e que não nos deixam muito satisfeitos, no mínimo ficamos incomodados. Era importante de facto que depois de termos tudo o que aqui está, fosse feita uma maior reflexão sobre isto e também o que é que foi já alterado e corrigido para que não venhamos a ter outra auditoria em que digam as mesmas coisas.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Quanto ao processo do Continente, antes de a reunião começar falávamos sobre isto e entendemos que era importante perceber as razões técnicas que conduziram à solução que está estudada, mas que ainda não foi aprovada em sede de reunião de câmara. O PS está disponível para fazer uma reunião e perceber quais são as razões que levaram àquela solução, que eventualmente irá ser apresentada como proposta. Entendemos ser um fator positivo, especialmente se o Sr. Vice-Presidente acesse a essa reunião.

Na minha opinião a Rotunda das Oliveiras, a que vem de Azeitão pela EN 10, na entrada para Setúbal, tem um problema que pode ser facilmente resolvido. A uma determinada hora da manhã, quando as pessoas vêm para Setúbal, há ali um grande congestionamento e uma das razões é porque entram na rotunda e param-na. Por norma nas rotundas de grande tráfego costuma haver umas raias amarelas, exatamente para que quando o tráfego de quem entra na Avenida General Daniel de Sousa está parado. Assim não travam quem quer ir para a variante. É uma situação relativamente fácil e que poderia resolver problemas porque

5

efetivamente naquela rotunda há um congestionamento a partir das 08h00 e que por vezes vai até quase ao hospital. Esta questão tem de ser tomada em conta.

Já na última reunião foi falado de várias intervenções que a Câmara, ao abrigo do protocolo que se fez com a APSS e com a APA nas zonas de praia. Aquilo que os vereadores da oposição sabem é apenas o que saiu na comunicação social. Gostaríamos de ter informação mais detalhada de quais são especificamente as intervenções. Quando levantei esta questão na última reunião o Sr. Vice-Presidente remeteu para o Plano da Orla Costeira, etc., mas daquilo que percebi do que saiu na comunicação social existem objetivos muito específicos e eventualmente até há projetos. Gostávamos de saber, até porque como disse na última reunião, há projetos que devem ser discutidos para se perceber qual a sua eficácia e rentabilidade, não só financeira, mas também de atingir os objetivos a que se propõe. Lembro-me por exemplo do transformar o pontão da Figueirinha num calçadão grande. Qual é o objetivo e quanto dinheiro se vai gastar nisso? Isto para percebermos se se justifica realmente os meios financeiros empregues. Falei também na altura da rampa da Praia da Gávea, para subir e descer barcos, que tem alguns problemas que também devem ser questionados. Gostávamos de saber quais são os investimentos para depois em reunião de câmara darmos os nossos contributos.

**Sr. Vereador Fernando José** – Hoje falta um de nós, apesar das diferenças políticas, mas começo por desejar as rápidas melhoras ao Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, que certamente na próxima reunião já estará aqui, designadamente para isto ser “mais animado”. Deixo um alerta à comunicação social, hoje representada por apenas um jornalista, já que na última edição de um órgão local dizia-se que os vereadores do PS chegaram 23 minutos atrasados. Isto foi por causa de um assunto sério, mas ainda assim apareceu. Tem sido prática neste mandato, e a Sra. Presidente se não está aqui é porque está a tratar de outros assuntos da Autarquia. Certamente que quando outros vereadores se atrasam é por causa de assuntos destes e isso é perfeitamente compreensível, mas noto eu que a reunião hoje começa com 40 minutos de atraso. Espero que a Sra. Presidente e os Srs. Vereadores da maioria não tenham um tratamento diferente daquele que tiveram os vereadores do PS. Espero que não fiquem em desvantagem e que a comunicação social dê o mesmo destaque, se calhar até em primeira página já que foram 40 minutos e não vinte e tal, embora o atraso seja perfeitamente justificável.

Quero felicitar a maioria da CDU por ter voltado atrás, por ter analisado e percebido que aquilo que levantámos aqui há algumas semanas fazia sentido, portanto, nesta edição da Feira de Sant’Iago voltamos a ter aquilo que tem sido normal, a duração da feira. Admitiram que foi um erro que cometeram, retificaram e voltaram a repor e tal como a Sra. Presidente reconheceu. Espero que em breve reconheçam também que levarem a Feira de Sant’Iago para longe do centro da cidade, tal como dizia o poeta já falecido, mas está em livro: “*esses malandros, esses malvados que levaram a feira para longe da cidade*”, então que a reponham! Esta é uma polémica e uma discussão que deverá ser feita de forma séria e não em altura de campanha, por todos os partidos com assento na Câmara Municipal de Setúbal e na Assembleia Municipal. Esse é um desafio feito pelo Partido Socialista ao longo destes anos, no último mandato e neste mandato. A verdade é que a maioria decidiu, refugiou-se sempre em pretextos e nunca quis discutir a centralidade da Feira de Sant’Iago. Reconheceu agora que a redução do número de dias foi um erro e voltou a repor aquilo que era, mas chamo a atenção para uma situação que me preocupa. É que se em anos anteriores felicitei e até de forma efusiva o programa da feira, este ano fico preocupado com a sua apresentação e coerência. Penso que a Câmara, com a teimosia de manter a feira lá em cima, tem de ter cuidado na apresentação do programa. Aquilo que nos é apresentado este ano não tem qualquer coerência. Se a discussão assim o permitir irei dar esses exemplos da falta de coerência daquilo que é a apresentação do programa de uma feira que deve ser referência num distrito e região e que sinceramente não acredito que estejamos a caminhar por aí.

Os vereadores do Partido Socialista foram surpreendidos, mas não ficaram assustados. Foram surpreendidos pela positiva, pela novidade e o *timing*. Gostava de ter uma explicação

4

sobre o que é a iniciativa “Os Embaixadores de Setúbal”. Essa iniciativa é da Câmara Municipal de Setúbal? Nós, vereadores do Partido Socialista, não sabemos. Foi divulgada na comunicação social está na página da Câmara como sendo, mas não sabemos se é, ou não, e, portanto, colocamos essa ressalva. Sendo uma iniciativa da Câmara a pergunta que se coloca é, porque é que os vereadores da bancada do Partido Socialista, e tive ocasião de confirmar também com o Sr. Vereador Luís Rodrigues, portanto a oposição não foi convidada a estar nesse evento. Se é uma iniciativa da Câmara porque é que não foram convidados? Gostaria também de saber qual é a fundamentação de só ter aparecido agora este evento. Depois, existe algum regulamento, alguma coisa que fundamente esta iniciativa ou foi apenas um “golpe de comunicação”. Foi bem jogado, acho que é um evento importante agora tem é que ser dada alguma dignidade e daí pergunto se existe ou não algum regulamento, algo que fundamente isso. Quais foram os critérios para aqueles 60 ou 70 nomes que estão ali? Os vereadores não sabem! Alguns deles percebo, mas aquilo que foi dito na comunicação social é que tinha a ver com a forte ligação a Setúbal e o muito que fizeram por Setúbal. Há ali nomes que têm isto em relação a Almada, mas por Setúbal nada fizeram. Então pergunto, e o Hélio? Foi capitão do Vitória de Setúbal durante muitos anos, um excelente atleta e é reconhecido por todos. Foi selecionador nacional e não consta lá o nome. O Clemente também não consta nos nomes que apareceram na comunicação social, mas podem existir outros nomes que estejam apenas escondidos e que os vereadores não conhecem. Não tive acesso a nada, nem critérios nem fundamentos, e nem convite tive para lá estar. Mas dou o nome do Clemente, um cantor da cidade com uma carreira longa e que é conhecido, leva o nome de Setúbal por todo o mundo e não é embaixador. Que objetivos é que foram contratualizados com embaixadores, porque certamente contratualizados e em breve iremos ter uma avaliação daquilo que cada um deles com essa responsabilidade fizeram pela cidade e pelo concelho. São todas estas dúvidas que ficam no ar. Uma vez mais a oposição não foi envolvida, e neste caso, nem sequer foi convidada.

**Sr. Vice-Presidente** – Relativamente à proposta que os Srs. Vereadores Luís Rodrigues e Paulo Lopes fizeram de haver uma apreciação da proposta técnica que justifica aquela intervenção ali na Algodeia, naturalmente que é uma questão de agendarmos e pedirmos as explicações técnicas sobre esta proposta. Com as competências que dependem da Câmara Municipal há de vir aqui para ser apreciada e votada.

Relativamente à questão que o Sr. Vereador Luís Rodrigues levantou quanto à auditoria ao Urbanismo, não sei porque com o relatório não veio anexos e a resposta que a Câmara fez, mas isso chegará. Direi o que disse na última reunião e quando falei sobre isso, que não eram questões substanciais as que foram levantadas na auditoria relativamente ao funcionamento da Câmara, e em particular do Departamento de Urbanismo. Mantenho essa posição e penso que o Sr. Vereador ficará melhor esclarecido com a resposta dada por parte da Câmara Municipal, dos juristas, porque muitas delas naturalmente são questões jurídicas e de interpretação jurídica. Depois de receberem a carta e de avaliarem as considerações que são feitas os responsáveis da auditoria hão-de dizer alguma coisa, se assim o entenderem. Mantenho que tudo aquilo que foi identificado no relatório não tem nada de substancial. Revela, de facto, algumas situações que precisam de ser consideradas, mas a que a meu ver não têm significado maior. Uma primeira questão que o Sr. Vereador levantou tem a ver exatamente com o facto de termos um PDM que é de 1994. Por esse facto decorre um conjunto de considerações que são feitas no relatório e que os responsáveis da auditoria entenderam por bem fazer. É um registo que fica, mas sabemos qual a razão porque esta situação está assim. Se temos um PDM de 1994 naturalmente que todo um conjunto de legislação, procedimentos, etc., que têm sido desenvolvidos ao longo dos anos e são diferentes. Também tive a oportunidade de chamar à atenção várias vezes, e creio que na última reunião de câmara o disse, que no meu conhecimento não há registo de algum investidor que quisesse ou queira fazer investimentos em Setúbal e que por algum motivo, designadamente por razões urbanísticas e relacionadas com o PDM, tenha deixado de o fazer. Aliás, a Câmara Municipal aprovou, ao longo destes anos, vários estudos urbanísticos

1

que viabilizaram os projetos mais importantes que tiveram lugar no município. Esses grandes investimentos, e outros, estão a decorrer, como este que ainda agora acabámos de referir. Não houve nenhuma razão ou argumento para que esses investimentos não tivessem sido feitos, ou que não estejam a decorrer. Isto é uma questão muito importante naquilo que podia ser o facto de termos um PDM de 1994 e os investidores não poderem fazer investimento em Setúbal. Como sabemos não é disso que se trata e todos os investimentos têm sido feitos, foi-se recorrendo a outros instrumentos de gestão do território que são legais. Através deles tem-se ultrapassado este problema do PDM.

Relativamente à questão da publicação da Tabela de Taxas é uma questão que terá uma interpretação jurídica e que os Srs. Vereadores terão oportunidade de ver. Não vou referir agora aqui, porque não tenho formação na área e nem sequer me vou debruçar sobre isso, mas a Tabela de Taxas é publicada em edital, tal como todos sabemos, é publicada nos instrumentos de divulgação da Câmara Municipal, designadamente na internet, portanto, não se põe em causa o essencial sobre a cobrança que tem sido feita. Também não sei dizer, porque não tenho aqui o registo, desde quando é que isso acontece. No essencial as questões que são colocadas na auditoria não têm relevo de maior para um bom funcionamento da Câmara e em particular para o Departamento de Urbanismo. Também a questão do REUS, como sabem foi aprovada aqui em 2015 e a auditoria deve ter corrido em 2014 ou 2015, portanto, quando veio aqui o regulamento a auditoria já estaria numa fase avançada. A resposta que é dada na nossa carta é essa e, portanto, não há nada de substancial nesta matéria. Também aguardamos a resposta dos auditores relativamente à carta da Câmara e avaliaremos o desenvolvimento deste processo. Não há nada de especial, mas o urbanismo tem as áreas mais complexas nas câmaras municipais. Este relatório não tem nada de substancial na avaliação que faço e que os nossos técnicos e juristas fizeram.

Relativamente às questões que o Sr. Vereador Paulo Lopes referiu sobre a Rotunda das Oliveiras, independentemente das suas recomendações que não ponho em causa, mas o conhecimento que tenho daquela situação do congestionamento tem a ver com o problema do funcionamento de um semáforo que está na Rua de Brancanes. É aí que reside o problema. Não percebo, mas muitas vezes tenho ligado para os serviços para o período entre as 08h30 e as 09h15, tal como ainda hoje aconteceu. Se hoje o Sr. Vereador tivesse passado lá àquela hora não havia fila, o trânsito funcionou com toda a normalidade, porque é exatamente nesse período que o semáforo fica intermitente e permite que haja uma circulação com maior frequência no trânsito que se dirige para a Avenida da Europa e depois entra na Avenida General Daniel de Sousa através da Rotunda das Oliveiras. Independentemente das questões que colocou naturalmente que os nossos técnicos terão conhecimento desse problema que referiu. Ao longo destes anos temos procurado encontrar soluções para este problema e que não sejam o semáforo ficar intermitente neste período. Não é fácil de resolver porque já foram estudadas as possibilidades do trânsito que desce a Rua de Brancanes durante anos. Os estudos continuam, e um dia vamos resolver esse problema que já está identificado.

Relativamente às questões que também já tinha colocado na última reunião, sobre as praias relativamente ao protocolo, penso que não há razão nenhuma para pensarmos o contrário. Desde que a CDU está aqui e que eu tenho a responsabilidade da área do Urbanismo em particular, a Câmara Municipal intervém sempre num quadro legal. As intervenções nas praias são feitas como referi, num quadro do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que agora já não se chama assim, mas é um plano de ordenamento. Isto é a nível nacional, mas estamos a falar em concreto nas Praias da Arrábida e em particular nos planos de praia, que é para o que remete o plano de ordenamento. Os planos de praia são para cumprir, independentemente de dizermos que era bom intervir nesta ou naquela questão, os planos determinam os limites da intervenção. Quando for para se fazer essas intervenções há de haver um quadro em que a Câmara Municipal se há de pronunciar sobre as mesmas, desde que elas não estejam delegadas e como acontece com tantas outras, na Sra. Presidente e no Vereador do pelouro. São intervenções que decorrem dentro da normalidade possível, mas ficaram registadas as questões que o Sr. Vereador colocou aqui na última reunião de câmara.

Naturalmente que quando houver essas intervenções serão tidas em conta as suas preocupações. No entanto, não está previsto fazer-se intervenções avulsas a não ser em pequenas situações que sirvam para melhorar aquilo que já existe. Estas questões hão de ter o seu tempo de intervenção em termos da Câmara Municipal.

Quanto às intervenções do Sr. Vereador Fernando José tomei nota das suas preocupações e das chamadas de atenção. Verá que continuamos a trabalhar e a fazer aquilo que entendemos ser benéfico para o concelho e para os munícipes, os que aqui vivem e trabalham e os que gostam de visitar Setúbal. Nos casos dos embaixadores assim como no dos padrinhos envolvemos sem ter preocupações em escolher as pessoas e sem ter esses critérios regulamentares que o senhor acha que se deve ter. O que fazemos é envolver pessoas, os setubalenses e também aqueles que não são de cá e que de alguma maneira, e no nosso entendimento, podem contribuir para promover e divulgar Setúbal

É nisso que trabalhamos e os resultados têm sido muito positivos. Não estamos assim tão presos a essas coisas burocráticas e regulamentares tal como o Sr. Vereador acha. Naturalmente e como só houve oportunidade de aparecer 60 e tal embaixadores há de haver mais 60, e outros 60, e mais de 60, que poderiam ser incluídos nesta lista, e que, certamente, noutras iniciativas podem vir a ser envolvidos.

Nesta altura dos trabalhos entrou na sala a Sra. Presidente passando a presidir à reunião.

**Sr. Vereador Fernando José** – Entendo que as questões que levantei podem ficar sem resposta. O país é livre e democrático e podemos responder, ou não. A verdade é que foram colocadas questões que ficaram sem resposta. A primeira questão que levantei foi a de saber se a iniciativa dos embaixadores foi uma iniciativa da Câmara Municipal, ou não. Tendo sido uma iniciativa da Câmara Municipal porque é que os vereadores, nomeadamente os do Partido Socialista aqui representados, porque é que não foram convidados e também tive conhecimento de que o vereador Luís Rodrigues também não foi. Se não foi uma iniciativa da câmara é perfeitamente normal que os vereadores não tenham sido convidados, mas tendo sido uma iniciativa da Câmara a pergunta faz sentido. A outra pergunta é porque é que sendo iniciativa da Câmara os vereadores não tiveram conhecimento. Portanto, daí a surpresa, não foi porque ficaram assustados, mas como disse de início a surpresa foi porquê agora e o *timing*.

Depois, Sr. Vice-Presidente, não tem a ver com a questão que nos agarramos a regulamentos, tem a ver com o facto de dignificar algo que entendemos que é importante. Foi, como se costuma dizer, uma boa jogada de comunicação e de marketing. A Câmara Municipal efetivamente tem, para além de outras coisas, um bom departamento de marketing e de comunicação. Essa forma de comunicação também tem sido importante para o concelho de Setúbal, isso é reconhecido por mim e pelos vereadores do Partido Socialista. De facto, temos uma pertinente comunicação, mas a verdade o que é preciso saber, é qual foi o fundamento desta iniciativa dos "Embaixadores de Setúbal", o que esteve na base da criação disto e quais foram os critérios que estiveram na base da escolha. A Sra. Presidente terá dito na comunicação social, e o Sr. Vice-Presidente não respondeu a isso, mas aquilo que foi dito é que eram pessoas com forte ligação a Setúbal e que têm feito muito pela cidade e concelho. Analisando os nomes que ali estão há situações que se conseguem encontrar e que não têm ligação nenhuma ao concelho, mas poderão vir a ter, obviamente. Além dos critérios gostaríamos de saber se houve uma contratualização de objetivos, não é preciso ser uma contratualização escrita pode ser verbal, mas interessa saber o que é que foi. Se isto foi apenas uma cerimónia que resultou bem e teve um bom resultado em termos de comunicação, ou se é algo mais.

Enquanto vereadores desta câmara desconhecemos e não fomos convidados. A isso o Sr. Vice-Presidente não respondeu. Assim, espero que a Sra. Presidente responda, mas se não quiser responder, está no seu direito.

4

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – No geral estou de acordo com esta questão levantada pelo Sr. Vereador Fernando José. Este relatório que aqui está de auditoria ao Município de Setúbal é o relatório final já com a resposta da Câmara, já com tudo. É o que está escrito e também que há coisas que estão a ser implementadas, ou que seriam. A única coisa que estou a pedir é os anexos e a resposta da Câmara. Para já é só isso. O relatório final é este e não é outro. Li isso. Não é um relatório intermédio e nem se está à espera da resposta da Câmara.

**Sr. Vice-Presidente** – Esse é um relatório final e não foi a câmara que respondeu foram os serviços responsáveis e os técnicos que responderam a questões que terão sido colocadas, depois é que aparece o relatório final. O que lhe digo é que face a esse relatório a Câmara Municipal elaborou uma carta de resposta, ponto por ponto, ao relatório, chamando à atenção que entendemos que deve ser assim e vamos fazer assim. Dá resposta a todas as questões que são levantadas, independentemente de ser o relatório final, mas é o que ainda está sujeito, a não ser que a que os auditores entendam arquivar a carta da Câmara. O que é um facto é que a Câmara respondeu a esse relatório e disse o que ia fazer em relação aos pontos enumerados. Foi isso que eu disse, há uma resposta relativamente a esse relatório porque as questões que são consideradas foram respondidas pelos serviços técnicos. Portanto, essa carta e a resposta existe. Foi feita pelos nossos juristas na interpretação jurídica da lei e de todos os procedimentos e das questões que são levantadas.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Diz aqui, e bem, que: *“foi assegurado o procedimento de contraditório institucional através do envio do projeto de relatório”*. Há um relatório que cuja resposta foi recebida na Inspeção Geral de Finanças através do *email* de 06 de outubro de 2015. Ou seja, no primeiro relatório há uma resposta e após o contraditório há este relatório final. Se há alguma coisa depois isto já é fora do relatório, é um complemento do que se vai fazer, mas estou a falar do relatório final. Se a Câmara tomou medidas para melhorar e corrigir ótimo, mas é importante ter esses ofícios, além do relatório.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar “Augusto Pólvora – Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra”, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 7:

*“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente e manifesta sentido pesar pelo falecimento de Augusto Pólvora, presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.*

*Augusto Pólvora foi, nestes anos em que assumiu responsabilidades no município sesimbrense, muito mais do que um autarca: Pólvora foi um companheiro e um amigo de todos os que com ele quiseram trabalhar em prol das populações do seu concelho e de toda a região.*

*Nesta hora dolorosa compete-nos deixar registado o nosso testemunho de apreço pela qualidade humana do presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, um homem que decidiu dedicar boa parte da sua vida a todos os que com ele partilharam a ideia de uma terra melhor, mais justa, mais solidária.*

*Por isso, de Setúbal, terra que partilha com Sesimbra muito mais do que as águas onde lançam redes os nossos pescadores, enviamos mensagem de dor e tristeza pela morte de um amigo.*

*A morte, porém, não apaga da memória os homens que a constroem. Augusto Pólvora é um deles e mantê-lo bem presente na memória coletiva será, sempre, a melhor homenagem que lhe poderemos fazer. É a homenagem que, a partir de hoje, lhe prestaremos em permanência.*

*Augusto Pólvora era, de acordo com a biografia divulgada pela Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, natural da Vila de Sesimbra, filho de pescador, casado e com quatro filhos. Estudou na Checoslováquia no âmbito da solidariedade e cooperação dos países socialistas com o povo português. Era licenciado em arquitetura com média final de 19 valores e distinção, tendo recebido o Prémio do Reitor da Universidade Técnica Eslovaca de Bratislava. Era Técnico Superior na Câmara Municipal do Seixal, autor e coautor de diversos estudos, planos e projetos na área do urbanismo e arquitetura.*

4

*Iniciou a sua atividade profissional como arquiteto em 1985, na GERAP, tendo ingressado na Câmara Municipal de Sesimbra em 1986, onde exerceu funções no Gabinete da Quinta do Conde e desempenhou, nos anos de 1988 e 1989, as funções de Chefe da Divisão de Administração e Planeamento Urbanístico.*

*Foi eleito Vereador pela CDU, no mandato de 1989-93, tendo exercido funções de Vereador-substituto do Presidente da Câmara, com responsabilidades diretas nos pelouros do Urbanismo, Habitação, Lagoa de Albufeira e Quinta do Conde.*

*Exerceu as funções de Administrador-delegado da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal entre 1994 e 2002.*

*Foi candidato da CDU à Assembleia da República nas Eleições Legislativas de 1995.*

*Como Vereador eleito pela CDU no mandato 1997-2001, exerceu, na Câmara Municipal de Sesimbra, funções não remuneradas com responsabilidades diretas no Pelouro do Trânsito e Transportes.*

*Reeleito Vereador pela CDU no mandato 2001-2005, exerceu funções em regime de meio-tempo, com responsabilidades diretas no Pelouro do Planeamento Urbanístico, Ambiente e Toponímia.*

*Em 2005 foi eleito, nas listas da CDU, como Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, cargo que ocupou até falecer no passado domingo, dia 02 de julho.*

*À família enlutada e à Câmara Municipal de Sesimbra endereça a Câmara Municipal de Setúbal sentidas condolências."*

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – É difícil falar sobre Augusto Póivora, que conheci desde o início da década de 90, quando deixei de trabalhar na Câmara de Setúbal e fui para a CCR de Lisboa. Na altura estava eu na gestão do PROF da Área Metropolitana de Lisboa e era ele vereador na Câmara de Sesimbra, portanto começámos aí um relacionamento também de amizade e que perdurou até agora. Também quero endereçar os meus sentimentos pessoais.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – O PS naturalmente associa-se a este voto de pesar e lamentamos o falecimento de um autarca. Tive com ele algumas ligações a nível pessoal e profissional enquanto arquiteto. Transmitimos o pesar à família enlutada e ao PCP pelo falecimento do seu militante e autarca.

Submetido a votação foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

**Sra. Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar "José Manuel Mourinho Félix, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 7:

*"A Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento de José Manuel Mourinho Félix, velha glória do Vitória de Setúbal que sempre soube honrar e representar a sua cidade.*

*Mourinho Félix foi guarda-redes do Vitória de Setúbal, entre 1955 e 1968, tendo conquistado uma Taça de Portugal, em 1965, e do Belenenses, entre 1968 e 1974, equipa que chegou a treinar enquanto jogava.*

*Como treinador, foi ainda o responsável pelas equipas do Estrela de Portalegre, Caldas, União de Leiria, Amora, Rio Ave, Belenenses, Varzim, União da Madeira, O Elvas, Paredes, Sport Benfica e Castelo Branco, União de Santarém e Vitória de Setúbal.*

*À família enlutada a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames."*

Submetido a votação foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Nesta altura foi feito um minuto de silêncio.





## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de junho de 2017.**
  - 2. Deliberação n.º 239/17 – Proposta n.º 60/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição do fundo de maneiço para a Feira de Sant'Iago 2017.**
  - 3. Deliberação n.º 240/17 – Proposta n.º 58/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Retificação da proposta n.º 43/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita na Rua de São Pedro – Bairro dos Pescadores, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental).**
  - 4. Deliberação n.º 241/17 – Proposta n.º 59/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Retificação da proposta n.º 44/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita no Vale de Cerejeiras, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental).**
  - 5. Deliberação n.º 242/17 – Proposta n.º 19/2017 – DURB – Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento de Parque de Estacionamento de Veículos Pesados – Parque TIR.**
  - 6. Deliberação n.º 243/17 – Proposta n.º 20/2017 – DURB/DIPU – Projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Setúbal.**
  - 7. Deliberação n.º 244/17 – Proposta n.º 21/2017 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento de taxas inerentes a pedido de ocupação da via pública com 40m2 – Campanha de Informação e Sensibilização – Associação REMAR Portuguesa- Avenida Luísa Todí – União das Freguesias de Setúbal.**
  - 8. Deliberação n.º 245/17 – Proposta n.º 105/2017 – DCED/DICUL – Alteração ao Protocolo entre o Município de Setúbal, o Institut Français du Portugal e a Alliance Française de Setúbal para a realização da 18.ª Festa do Cinema Francês.**
  - 9. Deliberação n.º 246/17 – Proposta n.º 106/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela coorganização do 13.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal.**
  - 10. Deliberação n.º 247/17 – Proposta n.º 107/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Comemoração do 54.º Aniversário da 1.ª Apresentação Pública do Coral Luísa Todí.**
  - 11. Deliberação n.º 248/17 – Proposta n.º 108/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Desportivo Independente.**
  - 12. Deliberação n.º 249/17 – Proposta n.º 109/2017 – DCED/DICUL – Renovação do protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação FESTROIA para a exploração cinematográfica do Cinema Charlot-Auditório Municipal.**
  - 13. Deliberação n.º 250/17 – Proposta n.º 110/2017 – DCED/SMBM – Venda de produtos promocionais da Festa da Ilustração.**
- C) Período Destinado à Intervenção do Público.**

### **1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de junho de 2017**

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

5

**2. Deliberação n.º 239/17 – Proposta n.º 60/2017 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Constituição do fundo de maneio para a Feira de Sant'Iago 2017**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 10.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – A Sra. Presidente sabe qual é a minha posição e a da minha bancada e tal como sempre assumi isso, ao contrário de outros. Tudo o que for com a feira se realizar naquele local e enquanto for vereador votarei contra. Tal como sempre votei, ao contrário de outros que dizem umas coisas, mas depois não assumem essa sua responsabilidade, neste caso o PS.

**Sra. Presidente** – Não estamos aqui a votar a localização da feira, mas o fundo de maneio.

**Sr. Vereador Fernando José** – Não vou obviamente entrar em diálogo sobre o local da Feira de Sant'Iago. Antes de o Sr. Vereador Luís Rodrigues chegar à câmara já os vereadores do Partido Socialista defendiam a deslocalização da feira. Uma coisa é defendermos a deslocalização e outra é haver um grupo de trabalho que estude efetivamente e com todas as forças partidárias a possibilidade disso, não é fácil, mas é uma situação possível. Uma coisa é criticar ou elogiar aquilo que é feito na feira pois esta tem de continuar a ser feita. Obviamente que este certame que está vindo a acontecer nos últimos anos não é o que nós, setubalenses, desejamos. Não é e tem vindo a descer. Elogiei aqui há 3 anos atrás, o excelente esforço feito pela Câmara Municipal de Setúbal, e isso ficou em ata, manteve a feira naquela localização, mas criou outras valências. Se foi ou não alcançado isso é outra história, mas esse esforço foi feito. Aquilo que disse antes do período da ordem do dia e que não teve resposta, foi que efetivamente este ano e não estou a ver um bom início para aquilo que ali vai acontecer. Mais uma vez, os vereadores só tiveram conhecimento através da comunicação social, mas aquilo que vi em termos de programa não tem qualquer coerência no que é apresentado, e isso era uma coisa que existia antes. É confrangedor ver determinadas situações que ali são apresentadas e num certame que se quer como referência numa região. Esse não é o caminho.

Outra questão é o que estamos a falar, o fundo maneio. Nunca nos iremos opor a isso porque a feira tem de continuar, mal ou bem. Nesse sentido iremos votar favoravelmente nunca deixando de colocar a nossa posição e a nossa crítica, muitas vezes acutilante.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Queria perguntar ao Sr. Vereador Luís Rodrigues se o PSD/CDS vai este ano ter um pavilhão ou *stand* na feira, se vai estar presente ou se vai distribuir campanha eleitoral ali. Se a feira não serve para umas coisas também não devia servir para outras. Nós estaremos presentes, independentemente daquilo que são as nossas críticas e as nossas opções sobre o espaço.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Isso é uma pergunta que obviamente não lhe vou responder aqui, como é evidente, ainda mais porque não estaremos em coligação. Agora cada um pode e deve fazer a sua campanha de modo responsável e sério, seja na praia, no campo, nos montados, nas vinhas, nas estradas ou nas autoestradas. Peço desculpa senhor candidato, mas não estou aqui fazer qualquer tipo de campanha e este não é o caminho.

Há muito tempo que a coligação, e eu, fizemos essa proposta de nos reunimos para encontrar formatos e locais no centro da cidade. Quanto a isso não haja dúvidas e de facto, não houve resposta da maioria, que não é CDU, mas sim PCP e PEV. As coligações acabam no dia a seguir às eleições, Sra. Presidente.

**Sra. Presidente** – Começo pelo Sr. Vereador Fernando Paulino, de facto é confrangedor, e utilizando a palavra dele, aquilo que o PSD fez no Festival da Liberdade. É confrangedor e vergonhoso estar no meio do festival a fazer campanha político-partidário. Nenhuma outra força política o fez, pelo menos não dei pelo PS, a CDU ou o Bloco o terem feito, e nem o

CDS fez. Só fizeram isto alguns candidatos do PSD, e não o cabeça de lista, mas andavam com uns papéis meios escondidos no meio do festival que tinha *stands* de todas as juventudes partidárias. Nesse âmbito a juventude fez a campanha que muito bem entendeu. Agora andar com os papélinhos meio escondidos e quando viam a presidente ao fundo escondiam-se e desapareciam é vergonhoso, mas foi o que aconteceu. Não sei se o vereador viu e também se se estava a referir a isso, que seria bom que não acontecesse na Feira de Sant'Iago. As ações ficam para quem as pratica e aproveitei para agora denunciar aqui publicamente essa atitude do Partido Social Democrata e que mais ninguém fez, a não ser a atividade de cada uma das juventudes partidárias e no seu *stand*. Para isso é que foram convidados para estar ali, para dizerem o que o que é que cada um faz.

Quanto à alteração da localização da feira se houve alguém que a concretizou foi a CDU, mas foi o Partido Socialista que propôs a sua deslocalização, aquando do estudo do Projeto Polis para a Manteigada. Está escrito e há documentos disso. O que a CDU fez foi a obra e já lá vão 13 anos dessa deslocalização. Já agora perguntava também ao Partido Socialista se alguma vez no tempo em que foi poder discutiu com a oposição nesta altura, por oposição leia-se CDU. Era interessante saber, mas é claro que nunca discutiu, não sei se o fez com o PSD, mas o PSD a maior parte das vezes era parte do executivo do Partido Socialista e, portanto, era natural que discutisse. Quanto a nós é óbvio que nunca nos convidava para coisa nenhuma e também não discutiu nunca o projeto e o programa da feira, nem como a feira era implementada ou decorada. Não discutia com a oposição e é exatamente o que fazemos, as pessoas confiaram em nós para fazermos a gestão do município e há coisas como a feira que são gestão corrente do município. Não fazemos essa discussão como tem sido prática desde sempre e, portanto, não é nesta altura que vamos discutir com a oposição o cartaz da feira. Se for renovada a confiança dos setubalenses em nós não será feita a discussão do cartaz da feira assim como não é discutido nas juntas de freguesia onde o Partido Socialista também já teve executivos e onde faziam as suas festas e não iam perguntar às forças da oposição destas juntas. A Junta de Freguesia de São Julião foi a última freguesia do Partido Socialista, ou até em Santa Maria que fazia a sua festa com a freguesia de Nossa Senhora da Anunciada e que era da CDU. Por isso era normal estas duas freguesias reunirem acerca disto, mas São Julião não ia discutir nada com a oposição se os artistas devem ser estes ou aqueles.

**Sr. Vereador Fernando José** – Não disse nada disso. Apenas quero esclarecer porque por vezes ficam muitas dúvidas no ar. A crítica que fiz acho que a posso fazer.

**Sra. Presidente** – Mas nós não discutimos o cartaz da feira.

**Sr. Vereador Fernando José** – Respondendo ao que foi dito pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues, o que eu disse é que o Partido Socialista muito antes de o PSD levantar esta questão, já no mandato anterior, tínhamos levantado a situação da descentralização da feira e a proposta de criação de um grupo de trabalho, mas a maioria nunca quis discutir isso com a oposição e nunca quis marcar uma reunião de trabalho. Não é uma situação fácil, mas é possível. Disse ainda que, obviamente, era o que faltava que a Câmara Municipal ou o executivo de uma junta tivessem de discutir com a oposição quais os artistas.

Aquilo que disse é que se noutras alturas elogiei a forma e as novas valências e o forte cartaz trazido, mas aquilo que vi agora foi com preocupação. Tive conhecimento através da comunicação social e vi que este cartaz não tem coerência, é uma crítica que estou a fazer. Se a Sra. Presidente, que é uma pessoa inteligente, olhar para o cartaz com cuidado vai verificar que aquilo que nos é apresentado não tem qualquer coerência numa feira que deve ser referência. E disse mais, que reconhecia e tal como o Partido Socialista hoje reconhece, que foi um erro a proposta de levar a Feira de Sant'Iago para fora da cidade, e tal como reconheceu o poeta, mas também o executivo da CDU reduziu a feira 10, 5, ou 7 dias, e agora voltou à origem. Damos os parabéns, porque reconheceram um erro e nós não podemos ser criticados por evoluir, porque vocês também evoluíram.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

3. **Deliberação n.º 240/17 – Proposta n.º 58/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Retificação da proposta n.º 43/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita na Rua de São Pedro – Bairro dos Pescadores, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental)**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 241/17 – Proposta n.º 59/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Retificação da proposta n.º 44/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície sobre uma parcela de terreno, sita no Vale de Cerejeiras, à APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental)**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 242/17 – Proposta n.º 19/2017 – DURB – Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento de Parque de Estacionamento de Veículos Pesados – Parque TIR**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Esta é uma boa iniciativa e acho que uma cidade com a dimensão de Setúbal e com a atividade que tem, nomeadamente considerando o seu porto, com certeza que precisa de um espaço destes. Como é evidente o seu crescimento e taxa de ocupação vai depender e muito da iniciativa de várias entidades. Espero que funcione e que seja ocupado, porque, por um lado está um pouco afastado de centro da cidade e pode trazer alguns constrangimentos quanto à deslocação de pessoas que deixam o camião e querem deslocar-se à cidade, mas é uma boa iniciativa e vamos ver como vai correr. Se não funcionar é de se encontrar outra solução, mas é de louvar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 243/17 – Proposta n.º 20/2017 – DURB/DIPU – Projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Setúbal**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16.

4

**Sr. Vice-Presidente** – Desde a aprovação das áreas de reabilitação urbana, em 2013, temos afirmado e está à vista com esta proposta que hoje aqui vem à câmara, a nossa determinação para promover e garantir a regeneração urbana, em particular nos nossos centros históricos. Isto envolve a recuperação e a requalificação do parque edificado e conseqüente diversificação do seu uso que deve antever a revitalização do comércio tradicional; a captação de novos habitantes; a opção de novas atividades económicas e a instalação de equipamentos sociais e culturais. Tudo isto associado a novas condições de habitabilidade, melhor acessibilidade e estacionamento garantido aos residentes. Com a criação das áreas de reabilitação urbana a Câmara Municipal determinou o reforço de um conjunto de direitos e deveres para todos os proprietários, designadamente a obrigação de conservação do edificado e a determinação de incentivos e penalizações fiscais em função da avaliação criteriosa do estado de conservação do edificado. É com esta determinação e expectativa que propomos a aprovação desta proposta. É do conhecimento de todos o esforço de investimento que o município tem feito nos últimos anos no centro histórico de Setúbal e zona ribeirinha, tendo em vista a atratividade destas zonas da cidade, mas também procurando dar o exemplo e o efeito de arrastamento dinamizador das ações e dos investimentos particulares. São exemplos, o investimento nos equipamentos municipais, mas também o reforço e modernização das infraestruturas públicas. Antevê-se agora um novo ciclo na regeneração urbana associado à presente proposta para a reabilitação urbana da cidade. O programa estratégico para a reabilitação urbana que agora se apresenta à Câmara resulta de um diagnóstico que assenta fundamentalmente na caracterização da população envolvida e no levantamento do edificado, condições de uso e estado de conservação. Isso reflete a visão municipal de um desenvolvimento integrado e sustentável deste território. É nesta perspetiva que se apresenta um conjunto de ações e medidas estruturantes a executar nos próximos dez anos, identificadas em quatro eixos: a qualificação do ambiente urbano e a reabilitação do edificado; a revitalização económica e social; a valorização da função habitacional e o modelo de governação; de gestão e marketing urbano. O modelo de desenvolvimento proposto assume que a intervenção pública prevista se complementa com a iniciativa privada, que é igualmente fundamental para o objetivo da regeneração, sendo certo que no final é garantida a identidade e memórias dos vários bairros envolvidos. Estamos a falar de um investimento global para os próximos 10 anos na ordem dos 226 milhões de euros: 46 milhões de investimento público, 15 milhões em edificado, 31 milhões em infraestruturas e 179 milhões de investimento privado na requalificação do edificado. Para que tudo isto seja possível é necessário tornar mais operacional e exequível as várias medidas e programas de financiamento anunciados pelos sucessivos governos, como o instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbana que aguarda produtos financeiros a criar pela banca: como, quando e em que condições, destinados à reabilitação urbana. E também o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, destinado fundamentalmente à recuperação do edificado destinado ao arrendamento, mais ou menos 60% do investimento é para este fim e o restante é destinado ao comércio e serviços tradicionais, num global estimado em 1.400 milhões de euros.

De referir ainda que se trata de um trabalho de grande importância e valor para o município e que incide fundamentalmente nas áreas de reabilitação urbana já definidas e nos centros históricos de Setúbal e Azeitão. É um trabalho realizado internamente, por um conjunto de técnicos dedicados a esta matéria para o levantamento de todo o trabalho que tem sido feito, designadamente das condições em que se encontra e através também de uma base de dados que permite hoje que o município de Setúbal tenha dados atualizados sobre a evolução e o estado do edificado nestas áreas de reabilitação urbana. A cada pedido de intervenção dos particulares é possível através desta base de dados ter uma atualização sistemática da situação do edificado dos proprietários, das condições das intervenções previstas e das propostas. Saliento a importância deste trabalho para hoje e para o futuro, para que possamos ter sempre atualizada esta informação e que é determinante e fundamental para a

requalificação de todas estas áreas urbanas, que no fundo são o centro da nossa cidade e da vila de Azeitão.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Começo pelo final da intervenção do Sr. Vice-Presidente, de facto é uma proposta bem-apresentada e fundamentada e dou os parabéns à equipa técnica que a fez. Na proposta, temos o enquadramento, a descrição, uma das coisas que acho relevante, e de tal forma que a equipa até decidiu pôr no texto da proposta. Um dos indicadores encontrados e que é o nosso ponto de partida é a quantidade de unidades devolutas e que atinge cerca de 31% dos imóveis. Isto é uma taxa muito elevada, em 31% dos imóveis existe pelo menos uma unidade que está desocupada. É um valor muito alto e condiciona fortemente todo o desenvolvimento deste projeto. É um projeto a dez anos e com um valor global muito elevado. Como o Sr. Vice-Presidente diz uma parte substancial desse valor, desses 200 e tal milhões de euros, está dependente da iniciativa privada. O que acho que pode promover o sucesso deste estudo, ou não, é a forma como a iniciativa privada poderá vir a apostar, ou não, neste plano de reabilitação urbana dos centros históricos de Setúbal, porque se a iniciativa privada não avançar com todos os condicionalismos de financiamento a que estão associados, dificilmente o plano se conseguirá concretizar. Isto porque representa, só em termos de valor absoluto, perto de 50% do investimento previsto nestes 10 milhões de euros.

Em relação ao programa de investimento proposto e às ações estruturantes do que o plano propõe, estive a ver e estão divididos pelo que está nas ações das infraestruturas públicas, na reabilitação das redes de água em certas vias, nos resíduos sólidos, etc... É um documento que está mesmo muito bem elaborado, mas levanta outras questões que gostaria de perceber. Primeiro, nas ações estruturantes das infraestruturas públicas se as vias que não estão inseridas neste quadro ficam fora deste programa, ou nada opõe a que a qualquer altura se insira outras intervenções? Vou dar um exemplo, falámos aqui já várias vezes na Rua Camilo Castelo Branco e na necessidade de ter uma intervenção grande, inclusivamente há uma parte onde está sempre a aparecer ruturas e foi dito aqui várias vezes que necessitava de uma intervenção profunda. Isso não consta destas ações estruturantes nas infraestruturas públicas. Depois, na parte da mobilidade fala-se em otimização da rede pedonal, expansão da rede ciclável, otimização do sistema de transportes públicos, promoção da rotatividade do estacionamento, mas não fala diretamente em nada de novos parques de estacionamento, silos-auto, etc... Se não está previsto neste plano, vai estar noutra? Ao fim ao cabo estão aqui elencadas as grandes opções para os próximos dez anos, como o Sr. Vice-Presidente bem disse.

Depois existem algumas ações que falam em solução de financiamento a avaliar, isto quer dizer que ainda não existem soluções de financiamento para essas ações e podem estar em causa a sua realização, ou neste momento a Câmara ainda não tem dados suficientes para poder analisar. Vou dar um exemplo que também já foi falado aqui várias vezes, a Casa de Luísa Todi está com um certo mau aspeto, pelo menos a fachada tem alguns vidros partidos. Já foi dito que vai ser alvo de uma intervenção, está aqui contemplada, mas está em "a avaliar". Enfim, são estas pequenas questões que não vão obviamente condicionar a votação do Partido Socialista sobre o documento, vamos naturalmente votar favoravelmente, mas gostávamos de perceber realmente se isto é um documento também fechado, ou se pode prever inclusões e alterações *a posteriori*. Isto tendo em conta os financiamentos, até os comunitários e as regras disso.

**Sr. Vice-Presidente** – Relativamente à questão acho que tudo se resume à questão do financiamento. Só salientei dois fundos porque me parece, até por aquilo que tem sido anunciado pelos governos, que as verbas que esses fundos podem envolver seriam ou poderiam vir a ser uma boa solução para os principais centros históricos do País. Mas é necessário que se dê andamento e se criem as condições de operacionalização destes fundos. Abrir-se um concurso para ver que entidades bancárias é que poderão corresponder aos critérios que foram estabelecidos para poder depois fazer financiamentos, para que os

particulares possam aceder mais facilmente a esse financiamento, e continuamos à espera. Temos um outro fundo já definido em que 60% do investimento é para a habitação e relativamente ao edificado, e até diz que o arrendamento deve estar dirigido para as classes médias, etc... Quem fez esses regulamentos até foi a esse pormenor de dizer que isto deveria ser dirigido para a classe média, mas falta aquilo que é fundamental, dizer que meios neste momento e em que condições é que os municípios e os particulares podem aceder a esse financiamento. Isto para garantir que, de facto, a regeneração e reabilitação seja uma realidade. O lançamento desses fundos e a sua operacionalização é uma forma de voltar a dinamizar a construção civil, que como sabemos é um setor fundamental na nossa economia. Não é novo o que estou a dizer, são coisas que ao longo de anos têm sido debatidas, são muito claras. Quem tem de decidir efetivamente quando e como é que isto estará em condições de ser operacionalizado é a grande questão. Os êxitos destas operações dependem fundamentalmente disso. Temos exemplos em Setúbal da manifestação da vontade de muitos proprietários de fazer intervenção no seu edificado, não têm as condições para o fazer. Mas se houver linhas de crédito de médio ou longo prazo que permitam fazer os investimentos e com retorno, arrendamento ou a venda, mas fundamentalmente pelo arrendamento e porque tudo está muito orientado para isso, naturalmente vêm a ter condições para a suportar e garantir o pagamento das linhas de crédito. Enquanto isso não for definido, naturalmente que esses proprietários, e são muitos, estão parados, mas têm vontade de fazer as coisas. Ninguém gosta de ver o seu património, próprio ou o que herdou, em processo de degradação, pelo menos é o que me tem sido manifestado. Agora as pessoas não podem fazer investimentos quando não têm meios para o fazer e é preciso definir as condições.

Relativamente às questões que o Sr. Vereador Paulo Lopes colocou relativamente ao estacionamento e ao financiamento a avaliar, isto tem a ver com alguns aspetos que estão identificados no documento. Como é que poderá o Município envolver-se nesses investimentos? Pelo menos em alguns desses momentos fica claro que o município se pode candidatar. Pode ser parte desses fundos, assim como para os particulares, e sem que para isso tenha de se pedir empréstimos, basta entregar a esses fundos o seu património para ele ser recuperado, e depois de rentabilizado pelo próprio fundo é entregue ao Município. É devolvido antecipadamente se o Município pagar os custos que estiverem envolvidos. Portanto, falta saber de que forma é que o município se pode envolver nesses processos, daí que algumas das questões que estão aí e que falam em avaliação têm muito a ver com as condições que forem criadas para o Município se envolver nestes mesmos processos. Há outras formas que são as tradicionais, apresentamos candidaturas, e para algumas áreas de intervenção existem candidaturas como para as águas, o saneamento e outras infraestruturas e que são áreas onde o município tem candidaturas e progressivamente vai fazendo os investimentos. Relativamente ao estacionamento e como se sabe o município está a desenvolver um processo que visa abrir um concurso público para a gestão do estacionamento, portanto, decorrerá desse mesmo concurso público as condições do investimento do estacionamento enterrado ou em silo. Não está de fora desse investimento. Estamos a trabalhar no sentido de criar as condições para ver como é que esse investimento será feito, ou no âmbito do concurso público ou pelos privados que ganharem o concurso, ou se a Câmara Municipal decidir, fazer contratação ou prestação de serviços e assumir os investimentos diretamente. No fundamental o que falta referir relativamente a essas matérias têm a ver com isto.

Da memória que tenho, a Rua Camilo Castelo Branco não faz parte da ARU, mas são investimentos que estão planeados e programados para em breve prazo se iniciarem as obras.

Este documento que não é fechado, estamos a aprovar uma proposta que tem um parecer do IHRU, que é quem coordena um pouco este tipo de intervenções na reabilitação urbana, e que não é vinculativo. É também um documento que será sujeito a discussão pública e naturalmente que voltará à Câmara e irá à Assembleia Municipal. É a sequência normal destes processos, e, portanto, não é um documento fechado. A qualquer momento poderão



vir aqui a ser incluídas ou excluídas pelos órgãos competentes, algumas questões que estão aqui consideradas. À partida no quadro que está muito bem identificado no documento estas são as grandes questões e os grandes investimentos que estão identificados para se fazer nos próximos dez anos. Algumas das ações que estão aí identificadas já têm programação, fundamentalmente as infraestruturas. Brevemente ou muito antes dos dez anos essas intervenções fundamentais estarão concluídas, porque estão já programadas para breve prazo.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Como é evidente este documento deu muito trabalho, a leitura que fiz que não foi tão profunda como isso, mas do que li está bem elaborado, portanto, os parabéns a quem o fez. No entanto o documento que não é meramente técnico tem decisões políticas e perante isso devem ser analisadas com o seu devido valor. Além disso há termos que penso que até podem ser assim, mas na opinião dos técnicos que fizeram isto, diz-se: *“destaca-se o fortíssimo investimento público realizado”*. Se fosse eu o técnico provavelmente não escreveria isto, mas são opiniões e ainda bem que os técnicos acham isto. Este documento que aqui está tem uma opção e a minha pergunta também é essa, fala-se no tal investimento chinês não se sabendo como ele está. Uma vez que o documento envolve supostamente o espaço onde esse eventual investimento chinês venha a ser feito, pergunto se isto já está de acordo com isso, ou não, ou se tem de ser refeito e tem de ser enquadrado tal como está neste documento. Por exemplo, a questão da marina na doca do Clube Naval, isto está já definido assim ou não, por parte da maioria e por parte das várias entidades? Está no documento. Isto está já assim tão claro como aqui está ou estamos a falar do quê?

**Sr. Vice-Presidente** – O Sr. Vereador não sabe que foi feito um fortíssimo investimento em espaços e equipamentos públicos na zona do centro histórico e na zona ribeirinha? Só não sabe quem não vê, não posso ser mais claro do que isto. Não vou agora identificar aqui todos os espaços públicos onde houve investimento e todos os equipamentos que foram renovados e requalificados. Estão à vista e são utilizados por milhares de pessoas. Agora calha-me dizer que o Sr. Vereador não é de Setúbal, veja lá por onde anda a coisa...

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – E quantos aqui moram em Setúbal? Não diga essas coisas, fica-lhe mal.

**Sr. Vice-Presidente** – Quando digo isto não sou como aqueles que dizem que quem não é de Setúbal não é boa gente, ou algo do género. Não são muitos, mas são alguns e sobretudo por razões político-partidárias. Mas não é esse o sentido que quis dar a isto. Também não sou de cá, mas moro aqui. O Sr. Vereador não vive em Setúbal e provavelmente não frequenta tantas vezes, como qualquer pessoa que resida aqui os equipamentos que são frequentados por milhares de pessoas e desde que eles estão construídos. Era essa a dimensão da minha intervenção, não tem a ver com a outra, que acho que é profundamente negativa.

Só não reconhece que houve um fortíssimo investimento quem não vê, ou quem não quer ver. Li o documento de trás para a frente e de frente para trás várias vezes e não me recordo que a questão do investimento chinês seja uma coisa fundamental no documento. O que é fundamental, isso sim, são as decisões e a parceria que está assumida entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, relativamente a determinados projetos e a determinadas intervenções. Está escrito e há atas sobre isso. Não é a primeira vez que eu ou a Sra. Presidente estamos a falar disto. Também já foi dito várias vezes que existe um grupo de trabalho, com técnicos da Câmara Municipal e da APSS, e que envolveu outros técnicos especialistas, em determinado momento, e que definiram que a localização da marina envolve a doca do Clube Naval. Não está a dizer que há ali um traçado, há uma mancha definida e que envolve a doca. Estas questões não surgem agora pela primeira vez e quando aparecem muito claras neste momento isso condiciona o





desenvolvimento da área ribeirinha que acabou por ser integrada também na ampliação da ARU de Setúbal, que naturalmente tem em conta esses projetos e a concessão da área marítima. A concessão é a instalação da marina e naturalmente que isso condiciona toda a área terrestre que deve ser considerada. Permita-me dizer neste parêntesis que com este tipo de investimento que está previsto, porque o concurso da marina vai ser lançado brevemente, que aquela ideia de que a Feira de Santiago se podia realizar nesse espaço é uma ideia peregrina e que não faz sentido nenhum. Só quem não tem uma visão de futuro desta cidade é que podia fazer cartazes como aqueles que estão por aí com uma fotografia. É importante que digamos aquilo que efetivamente os setubalenses precisam de saber e de uma forma clara, séria e honesta. Todos podem fazer e têm o direito a fazer propaganda, mas também é necessário que quem tem maiores responsabilidades, que é o nosso caso pois estamos na Câmara Municipal. É neste quadro de confronto de ideias que as verdades têm de ser ditas.

**Sr. Vereador Luís Rodrigues** – Isto hoje vem tudo dar à feira, parece que estamos todos “em festa”.

Não posso e não aceito isto, se o Sr. Vice-Presidente já fez esses estudos todos e se já definiu qual é o modelo que quer para a feira, se já estudou todos os espaços que existem, quer na frente ribeirinha, quer nas áreas adjacentes ao centro da cidade para dizer que é impossível, gostaria que os apresentasse. Continuo a entender e não sou o único a defendê-lo, que junto ao centro da cidade é o melhor sítio para a feira. Venho propor a mesma coisa, mas não é altura para isso, com certeza. Sugestões, propostas e ideias há muito tempo que andamos a dizê-las, devíamos vê-las todos em conjunto, mas não quiseram. Não sei se o Sr. Vice-Presidente tem essa análise feita para dizer perentoriamente que é impossível fazer-se na frente ribeirinha.

**Sr. Vice-Presidente** – Não ponha as coisas ao contrário do que eu disse. Indiquei que tendo em conta o que está programado para a zona ribeirinha, incluindo toda aquela frente na tal parceria com a administração portuária não haverá condições para instalar a feira naquela frente e ao contrário do que mostra a fotografia de um cartaz que está espalhado pela cidade. Não falei do centro da cidade, embora sobre isso também tenha a minha opinião, mas não era disso que estava a falar, estava a falar daquela frente ribeirinha. Não vamos introduzir a questão, porque estamos aqui para falar de outras questões e temos de concentrar a nossa atenção nelas.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

**7. Deliberação n.º 244/17 – Proposta n.º 21/2017 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento de taxas inerentes a pedido de ocupação da via pública com 40m<sup>2</sup> – Campanha de Informação e Sensibilização – Associação REMAR Portuguesa-Avenida Luísa Todi – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3

8. **Deliberação n.º 245/17 – Proposta n.º 105/2017 – DCED/DICUL – Alteração ao Protocolo entre o Município de Setúbal, o Institut Français du Portugal e a Alliance Française de Setúbal para a realização da 18.ª Festa do Cinema Francês**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 246/17 – Proposta n.º 106/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Sociedade Musical Capricho Setubalense pela coorganização do 13.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 247/17 – Proposta n.º 107/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Comemoração do 54.º Aniversário da 1.ª Apresentação Pública do Coral Luísa Todí**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 248/17 – Proposta n.º 108/2017 – DCED/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Desportivo Independente**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 249/17 – Proposta n.º 109/2017 – DCED/DICUL – Renovação do protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação FESTROIA para a exploração cinematográfica do Cinema Charlot-Auditório Municipal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. **Deliberação n.º 250/17 – Proposta n.º 110/2017 – DCED/SMBM – Venda de produtos promocionais da Festa da Ilustração**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



### **B) Período destinado à intervenção do público**

**Sra. Maria de Fátima Sousa** – Sou moradora na Rua do Gás desde que o meu prédio foi feito. O que me traz aqui hoje é que já há dois anos que ando a lutar pela limpeza nos contentores que lá foram postos, precisamente para o uso dos restaurantes que ali estão envolvidos, e não propriamente para os moradores pois somos muito poucos. Em 2015 mandei fotografias e certamente que a Sra. Presidente tem conhecimento disso. No dia 28 vim com uma carta escrita para saber do andamento e disseram-me que o processo tinha sido arquivado. Gostaria que a Sra. Presidente ali fosse ou mandasse alguém para ver a vergonha daquela rua, porque já basta o barulho dos bares e fazerem das escadas e das paredes autênticas sanitas, assim como acontece com o vazamento de entulho. Telefone, mas os serviços de higiene e limpeza muito poucas vezes limpam aquilo. Há demasiados automóveis nos passeios e temos muita gente com pouca mobilidade, com cadeiras de rodas e bengalas. Investi todas as minhas economias aqui, sou proprietária de quatro apartamentos na cidade e enamorei-me por esta cidade onde espero passar o resto dos meus anos. Solicito a intervenção da Sra. Presidente.

**Sr. Jorge Preto** – O meu assunto é anterior, é de 2014 e já foi exposto aqui. Sou o atual administrador do meu condomínio, mas nesse ano trouxe uma fotografia, mostrei e prometeram que nessa semana ou na semana seguinte iriam verificar a situação sobre uma caixa multibanco que está junto a uma passagem de uma conduta de gás. Houve um tempo de acalmia nos assaltos aos multibancos, mas parece que a moda regressou e então o nosso condomínio resolveu indicar-me para ver novamente o assunto. É simples, as fotografias estão na vossa posse e não tenho a dizer mais nada.

**Sr. Augusto Cruz** – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

**Sra. Presidente** – Em relação à conduta de gás próximo do multibanco vai ser difícil resolver isto, se não estiver ali estará noutra sítio com um multibanco por perto. Também não é fácil de resolver para os bancos e não somos nós que lhes damos as localizações. Podemos servir de interlocutor, mas não mais que isso.

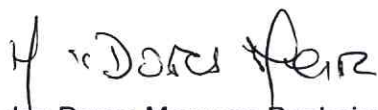
Em relação à questão colocada pela Sra. Maria de Fátima não é preciso pedir para eu lá ir porque já lá fui muitas vezes. Pela última carta que escreveu achava até que já estava mais resolvido, mas não na totalidade. Tínhamos pedido à APSS para resolver isto no âmbito dos restaurantes, porque aquela rua é nossa, só que está ali uma grande concentração de contentores, e muito bem, para que os contentores não sejam colocados na rua principal e que tem tanta afluência de pessoas e para não causar um mau impacto junto dos restaurantes. Tínhamos solicitado à APSS que pusesse vários contentores enterrados e só pôs um. Na Avenida José Mourinho está lá um enterrado e depois puseram dois enterrados junto ao parque de estacionamento que se fez. A APSS ficou de colocar mais e até hoje nada. Mudou a administração e temos um grupo de trabalho que além de outras áreas está a pedir que tratem disto com a maior urgência. Aquilo resolve-se com mais duas ou três ilhas porque tem um volume muito grande por baixo para poder acondicionar o lixo, coisa que os contentores não têm, e a visibilidade não tem nada a ver. Hoje de manhã, por acaso, falei neste problema, porque a APSS não está a resolver com toda a urgência e aquilo não agrada nem a vocês nem a nós e nem a quem ali passa. Por muito que limpemos aquilo é um volume de lixo muito grande. Quando está muito lixo atrai mais lixo. Amanhã ou depois de amanhã vamos saber a resposta da APSS.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de julho de 2017, por unanimidade, contém 20 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Manuel Cordeiro

Conferida por:  
Ana Cristina Claro